

Bruxelas, 7 de junho de 2019
(OR. en)

10054/19

**Dossiê interinstitucional:
2018/0196(COD)**

**FSTR 108
REGIO 144
FC 48
CADREFIN 270
RELEX 586
SOC 445
PECHE 278
JAI 659
SAN 295**

NOTA

de:	Presidência
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Pacote legislativo para a política de coesão 2021-2027 - Futuros desafios na programação dos fundos = Debate de orientação

**DOCUMENTO DA PRESIDÊNCIA SOBRE OS "FUTUROS DESAFIOS NA
PROGRAMAÇÃO DOS FUNDOS"**

Os ministros responsáveis pela Política de Coesão são convidados a dar orientações políticas adicionais sobre dois assuntos que revestem grande importância para o futuro da política de coesão:

- A coordenação das políticas económicas e sociais no âmbito do Semestre Europeu e o reforço da ligação com a política de coesão da UE;
- A governação económica em prol da eficácia dos fundos da política de coesão e dos objetivos de convergência da UE.

I. CONTEXTO

O pacote legislativo relativo à política de coesão prevê uma ligação reforçada com o Semestre Europeu, o que faz das recomendações específicas por país um elemento fundamental do exercício de programação para os Estados-Membros.

Os relatórios por país e as recomendações específicas por país deste ano proporcionam orientações específicas para a programação dos fundos da política de coesão da UE no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual. O processo de governação a nível nacional e da UE deverá conduzir a uma coordenação reforçada entre as políticas económicas e sociais, a nível nacional e da União, e os investimentos da política de coesão da UE.

O quadro regulamentar da política de coesão para o período 2021-2027 estabelece ligações com o Semestre Europeu, definindo as regras para a programação, execução, acompanhamento e desempenho dos fundos da UE.

A ligação entre o Semestre Europeu e a política de coesão está no cerne dos debates políticos a nível dos Estados-Membros com vista a definir a arquitetura e o teor dos programas, definindo desta forma ligações ascendentes com a política de coesão. Por conseguinte, o processo de governação pode ser dividido em duas fases, uma ascendente e uma descendente, delimitadas pela data de publicação dos relatórios por país e das recomendações específicas por país.

Do ponto de vista dos Estados-Membros, isto exigirá uma abordagem mais integrada a nível nacional e regional a fim de reforçar a apropriação das reformas estruturais e os investimentos correspondentes financiados pela UE.

Ao mesmo tempo, o processo de governação do Semestre Europeu deverá permitir uma melhor participação, coordenação e apresentação de contributos por parte dos decisores responsáveis pela política de coesão.

A adoção da Análise Anual do Crescimento de 2019 assinalou o início do atual ciclo do Semestre Europeu. As prioridades definidas na Análise Anual do Crescimento estão estreitamente interligadas e reforçam-se mutuamente, sustentando a necessidade de aplicar uma abordagem integrada a nível nacional e da UE, a fim de assegurar um crescimento inclusivo e um desenvolvimento económico sustentável, melhorando assim a situação socioeconómica global. Importa dedicar uma atenção especial à necessidade de os investimentos se basearem na situação específica vivida a nível nacional e regional, tendo em conta a convergência e reduzindo as disparidades através da política de coesão.

Os Estados-Membros reconhecem que as recomendações específicas por país ajudam as reformas a apoiar a melhoria do potencial de crescimento, a modernização das economias nacionais e o reforço da sua resiliência. Por isso, as ligações operacionais destinadas a simplificar os processos existentes e a assegurar uma maior coerência entre a coordenação das políticas económicas, os relatórios específicos por país pertinentes e a utilização dos fundos da UE foram analisadas e melhoradas durante as negociações do pacote legislativo relativo à política de coesão.

A boa governação económica e outros requisitos transversais aplicáveis a todas as despesas orçamentais da UE são vistas como um avanço rumo ao aumento da eficácia de todos os fundos da política de coesão. No entanto, é sabido que a suspensão obrigatória dos fundos conduz a sanções financeiras e tem uma ligação indireta com os investimentos apoiados pela política de coesão em geral. Neste caso, os Estados-Membros ainda terão de identificar os recursos financeiros a fim de assegurar o fluxo de tesouraria que permita continuar a investir e a pagar aos beneficiários. É necessário prestar atenção à atenuação dos possíveis efeitos negativos das suspensões de longo prazo que tenham um impacto no desempenho da política de coesão.

II. PERGUNTAS PARA DEBATE

1. *Quais são as opiniões dos Estados-Membros sobre as ligações operacionais entre a política de coesão da UE e o atual exercício do Semestre Europeu?*
 2. *Que desafios se preveem para o exercício de programação de 2021-2027, à luz das recomendações específicas por país para 2019? Que desafios poderão surgir durante o exercício de revisão intercalar de 2025 (com base nas recomendações específicas por país de 2024)?*
 3. *Como conciliar a governação económica e o objetivo de convergência?*
-